

CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

AVISO Nº ALT20-66-2016-28

**PRIORIDADE INVESTIMENTO 10.1 - ESTABELECIMENTO DE
CONDIÇÕES DE IGUALDADE NO ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL,
PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA, INCLUINDO PERCURSOS DE
APRENDIZAGEM, FORMAIS, NÃO FORMAIS E INFORMAIS, PARA A
REINTEGRAÇÃO NO ENSINO E FORMAÇÃO**

**Planos e Projetos Inovadores de Combate ao Insucesso
Escolar**

DOMÍNIO DO CAPITAL HUMANO

Programa Operacional Regional do Alentejo		
Eixo Prioritário	2	Ensino e Qualificação do Capital Humano
Prioridade de Investimento	10. i	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem, formais e não formais para a reintegração no ensino e formação
Objetivo Específico	10.1.1	Promover a igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo dos alunos e a qualidade e eficiência do sistema de educação
Indicador de Realização	<ul style="list-style-type: none"> Medidas de cada operação implementadas (%) 	
Indicadores de Resultado	<ul style="list-style-type: none"> Redução da taxa de alunos do 1º, 2º e 3º ciclos e secundário com níveis negativos (a pelo menos uma disciplina) dos anos curriculares abrangidos (%) 	
	<ul style="list-style-type: none"> Diminuição da taxa de retenção e desistência nos anos curriculares abrangido (%) 	
Tipologia de Intervenção	66	Redução do Abandono Escolar
Tipologia de Operação	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	
Fundo Estrutural	Fundo Social Europeu	
Período de Candidaturas	Data de abertura	Dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso
	Data de termo	30 de junho de 2017, até às 18H00

Convite para apresentação de Candidaturas

AVISO Nº ALT20-66-2016-28

Planos e Projetos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar

Nos termos do Regulamento Específico no Domínio do Capital Humano – Portaria nº.60-C/2015, de 2 de março, alterada pelas Portarias nº. 181-A/2015, de 19 junho, nº 190-A/2015, de 26 de junho, e nº 148/2016, 23 de maio, que a republica, as candidaturas são apresentadas no âmbito de um procedimento concursal, cujos termos são divulgados através do Portal Portugal 2020 (www.Portugal2020.pt).

O presente Aviso para Apresentação de Candidaturas (AAC), por convite, foi elaborado nos termos do previsto nos n.º 6 do artigo 16.º do Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, e as candidaturas regem-se pelo Título III da Parte II da Portaria nº.60-C/2015, de 2 março, na sua atual redação, pelas condicionantes previstas na Prioridade de Investimento 10.1 do Eixo 2 do Programa Operacional da Região Alentejo.

1. Objeto, objetivos e prioridades visadas

As operações a apoiar enquadram-se no Eixo Prioritário 2 - Ensino e Qualificação do Capital Humano do POR Alentejo, destinadas a intervenções que favoreçam a melhoria do sucesso educativo e a redução do abandono escolar, que tem por objetivo promover a igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo dos alunos e a qualidade e eficiência do sistema de educação.

No âmbito do presente Aviso de Abertura de Concurso (AAC) serão financiados planos e projetos inovadores com vista à promoção do sucesso escolar, de âmbito local ou intermunicipal, desde que enquadradas nos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), podendo os mesmos ser complementados com os planos de ação estratégica das escolas aprovados pela estrutura de missão para a promoção do sucesso escolar, no âmbito do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE), criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 11 de abril, ou com as intervenções financiadas no âmbito de escolas inseridas no Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP).

2. Natureza dos beneficiários

Face à tipologia de beneficiários prevista na alínea b) do artigo 31.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, na sua atual redação, e o enquadramento do presente AAC, este AAC destina-se especificamente a candidaturas lideradas por Municípios ou Comunidades Intermunicipais.

Nos termos previstos no artigo 7.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, podem as entidades beneficiárias supracitadas apresentar uma candidatura em parceria com outras entidades, designadamente Agrupamento de Escolas, devidamente formalizada mediante um instrumento de parceria, doravante designado “Acordo entre Parceiros”, as quais assumem obrigatoriamente a qualidade de entidades coordenadoras de parceria, quando a operação se realize em regime de parceria.

O PO disponibiliza em Anexo I ao presente AAC um modelo de “Acordo entre Parceiros”. Este documento encontra-se disponível para download, devendo as entidades preenchê-lo e remetê-lo obrigatoriamente em anexo (*up load*) à candidatura, conforme referido no Ponto 13.

3. Destinatários

São destinatários do presente aviso os alunos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do ensino público a abranger pelos Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar de âmbito local ou intermunicipal, nos termos previstos no Guidance Document - Monitoring and Evaluation of European Cohesion Policy - European Social Fund, em particular do seu anexo D), uma vez que o apoio é concedido às Comunidades Intermunicipais e Municípios para a implementação do respetivo plano, abrangendo potencialmente o universo desses alunos.

4. Tipologia das operações

O presente aviso de convite diz respeito à Tipologia de Operação prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 30.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, na sua atual redação, denominada – Medidas educativas orientadas para a promoção do sucesso educativo e para a prevenção do abandono escolar.

Tendo em conta o enquadramento referido no ponto 1 do AAC, serão consideradas para efeitos de financiamento ações enquadradas nos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), podendo as mesmas serem complementadas com as iniciativas e objetivos do PNPSE, através de uma estratégia de ação que envolva escolas, municípios, professores, empregadores, associações locais e outros *stakeholders*, promovendo uma consciência coletiva sobre o sucesso educativo e o contributo para as metas gerais neste domínio do Plano Nacional de Reformas e do Portugal 2020, em particular em matéria de redução até 2020 para 10% da taxa de abandono escolar precoce.

Exemplos de ações elegíveis, centradas em intervenções complementares às desenvolvidas pelas escolas no quadro dos seus planos estratégicos, em conformidade com o referido no parágrafo anterior:

- Reforço do apoio aos alunos, nomeadamente através de equipas multidisciplinares que assegurem respostas multinível, incluindo apoios sociais e de saúde, na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário;
- Iniciativas de educação e formação de segunda oportunidade para jovens sem a escolaridade obrigatória que se encontram em risco ou que até já abandonaram precocemente o sistema de educação e formação;
- Ações de intercâmbio de experiências na promoção do sucesso escolar e de prevenção do abandono escolar;
- Ações de monitorização e de avaliação de medidas e de dispositivos de prevenção do abandono escolar e de promoção do sucesso educativo dos alunos.
- Ações de “enriquecimento curricular”, complementares às já desenvolvidas pelas escolas, que se revelem adequadas à promoção do sucesso e à prevenção do abandono;
- Ações de envolvimento e de formação parental, centradas no seu envolvimento da educação dos seus filhos;
- Concursos escolares e outras iniciativas de promoção do conhecimento e do saber nas diversas áreas (designadamente ciência e tecnologia e artes);
- Ações de carácter transversal, destinadas a sensibilizar a comunidade envolvente da escola para a área de educação para a cidadania e igualdade de género;
- Dinamização de sessões informativas das empresas/empregadores nas escolas, que promovam a orientação dos alunos para áreas com maior oferta de emprego, bem como de ações que reforcem o envolvimento dos mesmos no planeamento, implementação e monitorização da oferta formativa desenvolvida nos respetivos territórios;
- Iniciativas que promovam a aproximação dos alunos às suas comunidades;
- Ações que promovam o conhecimento científico, tecnológico, cultural, artístico e empreendedor;
- De forma excecional, enquanto intervenção dentro da sala de aula, aquisição de equipamentos nas áreas geográficas de informação e comunicação, desde que enquadrada em objetivos pedagógicos e educacionais, referentes a novos cursos ou a novas metodologias, limitado a 15% do investimento elegível da operação;
- Outras ações que promovam o sucesso educativo não previstas nas alíneas anteriores e que estejam integradas no Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar.

Na fase de registo de candidatura em SIIFSE, designadamente no separador “lista de atividades” as entidades beneficiárias deverão selecionar apenas o seguinte tipo de atividades (não existindo limite de número de atividades a inserir):

- Ações de capacitação;
- Campanhas de sensibilização, informação e divulgação;
- Conceção de produtos, ferramentas e/ou materiais;
- Encontros, seminários, workshops e ações de divulgação;
- Estudos;
- Atividades de apoio à inclusão social, no quadro da escola;
- Promoção de trabalho em rede;
- Outras atividades

5. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação do FSE a atribuir à totalidade das operações a selecionar no âmbito do presente AAC é a que consta dos respetivos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, a saber:

Comunidade Intermunicipal (CIM)	Dotação FSE (€)
Alto Alentejo (CIMAA)	3.163,3 mil euros
Alentejo Central (CIMAC)	3.931,1 mil euros
Baixo Alentejo (CIMBAL)	2.068,0 mil euros
Alentejo Litoral (CIMAL)	2.556,8 mil euros
Lezíria do Tejo (CIMLT)	5.230,9 mil euros
TOTAL FSE	16.950,1 mil euros

Estes valores encontram-se deduzidos da reserva de desempenho definida ao nível do eixo do PO (6%).

6. Taxa de financiamento das despesas elegíveis

Conforme estabelecido no artigo 3.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, na sua atual redação, a taxa de cofinanciamento é de 85% de contribuição europeia mobilizada através do FSE, a incidir sobre o montante da despesa elegível, após dedução das receitas, correspondendo os restantes 15% à contribuição pública nacional, a qual será assegurada pelas entidades beneficiárias quando se enquadrar no n.º 3 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.

7. Área geográfica

O presente AAC tem aplicação na NUTS II Alentejo.

8. Forma de apoio

A forma de apoio a atribuir às candidaturas a aprovar no âmbito do presente aviso reveste a natureza de subvenção não reembolsável.

No âmbito do presente aviso de abertura de concurso aplica-se a modalidade de financiamento de custos reais previstas nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32º da Portaria 60-C/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

Neste contexto, os montantes elegíveis aos apoios a conceder no âmbito deste AAC obedecem aos limites e regras de elegibilidade definidos na Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, alterada pelas Portarias n.º

242/2015, de 13 de agosto, e n.º 122/2016, de 4 de maio, que adota o Regulamento que estabelece as normas comuns aplicáveis ao FSE.

De acordo com o estipulado no n.º 8 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, conjugado com o artigo 4º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, ambos os diplomas na sua atual redação, as operações de reduzida dimensão, cujo financiamento público não exceda os 50.000€, são obrigatoriamente apoiadas em regimes de custos simplificados, na modalidade de montante fixo, com recurso a um orçamento prévio, dispensando a apresentação de documentos comprovativos de despesa.

Os custos elegíveis no âmbito das operações de reduzida dimensão são calculadas com base num orçamento preestabelecido, considerando a Autoridade de Gestão, para este efeito, o montante total inscrito, resultante do somatório dos valores propostos por rubrica de despesa, no formulário de candidatura, sendo o financiamento da operação dependente da concretização dos objetivos contratualizados.

9. Critérios de elegibilidade dos beneficiários

Nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, os beneficiários devem assegurar o cumprimento dos seguintes critérios de elegibilidade:

- i) Estarem legalmente constituídos;
- ii) Terem a situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a verificar até ao momento da assinatura do termo de aceitação;
- iii) Poderem legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pelo PO e pela tipologia das operações e investimentos a que se candidatam;
- iv) Possuírem, ou poderem assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- v) Terem a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos FEEL;
- vi) Apresentarem uma situação económico – financeira equilibrada ou demonstrarem ter capacidade de financiamento da operação;
- vii) Não terem apresentado a mesma candidatura, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

O cumprimento das condições específicas supram referidas é apurado pela Autoridade de Gestão, tendo em conta a informação constante da candidatura à data da sua submissão.

O incumprimento de qualquer das condições acima identificadas implica a tomada de decisão de não admissão da candidatura por parte da Autoridade de Gestão.

10. Critérios de elegibilidade das Operações

As operações a financiar devem assegurar o cumprimento dos seguintes critérios de elegibilidade:

- a) Estarem enquadradas no Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), respeitando os limites de cofinanciamento inscritos nos referidos Pactos;
- b) Sejam objeto de uma caracterização técnica e de um orçamento suficientemente detalhados e fundamentados, com uma estrutura de custos adequada aos objetivos visados, e que incluam indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o grau de execução da operação e os progressos realizados;

11. Regras e limites à elegibilidade de despesas

As despesas a imputar à operação deverão seguir as regras e valores previstos nos artigos 12.º a 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, conjugadas com a alínea b) do n.º 2 do artigo 33.º da Portaria n.º 60-C/2015, ambas na sua atual redação, a saber:

- a. Encargos com salários de docentes envolvidos nas atividades não letivas apoiadas;
- b. Encargos com salários de técnicos de apoio aos projetos;
- c. Encargos com deslocações e alimentação do pessoal referido nas alíneas anteriores;
- d. Encargos com a realização de capacitação, encontros, seminários, intercâmbios, workshops, exposições e estudos de diagnóstico e avaliação;
- e. Encargos com visitas de estudo, reuniões de trabalho e respetivas deslocações;
- f. Despesas com apoios complementares destinados a crianças e jovens carenciados, designadamente reforços alimentares não contemplados na ação social escolar;
- g. Despesas com aquisição de bens e serviços especializados;
- h. Encargos com publicitação, divulgação e disseminação de resultados e boas práticas;
- i. Aquisição de equipamentos na área das Tecnologias de Informação e Comunicação, desde que enquadrado em objetivos pedagógicos e educacionais, referentes a novos cursos ou a novas metodologias;
- j. Encargos com a contratação de animadores culturais.

A elegibilidade das despesas com a aquisição de bens e equipamentos referidas nas alíneas g) e i) precedentes tem por limite 15% do custo total da operação.

Os valores relativos a eventuais receitas, serão deduzidas ao subsídio concedido, nos termos conjugados das alíneas f) do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e j) do artigo 2.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

O valor dos apoios concedidos pode ser objeto de redução quando em sede de acompanhamento ou auditoria forem detetadas irregularidades que coloquem em causa o cumprimento integral da legislação nacional.

Não são elegíveis as despesas previstas no artigo 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, salvo no que concerne ao disposto na sua alínea k), relativa à aquisição de bens passíveis de amortização, aplicando-se neste caso o n.º 4 do artigo 16.º da citada Portaria que admite a aquisição de equipamentos no âmbito das tipologias de operação nas áreas da qualidade, inovação e inclusão do sistema de educação e formação.

Deve ainda ser observado o seguinte:

- As operações não podem ser selecionadas, para apoio dos FEEI, quando tenham sido materialmente concluídas ou totalmente executadas antes da apresentação do pedido de financiamento ao abrigo do programa, pelo beneficiário, à autoridade de gestão, independentemente de todos os pagamentos correspondentes terem sido efetuados pelo beneficiário (artigo 65º do Regulamento (UE) nº. 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro);
- Para além da avaliação que, em cada caso, a Autoridade e Gestão venha a efectuar sobre o correto enquadramento das despesas elegíveis nas diversas componentes das operações, na apreciação dessas despesas será ainda considerada a análise da oportunidade, razoabilidade e adequação dos custos envolvidos em relação aos resultados esperados;

12. Duração máxima das operações a apoiar

As operações a apoiar ao abrigo do presente aviso podem ter a duração máxima de 36 meses.

13. Apresentação das candidaturas

a) A apresentação de candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no Balcão 2020 (www.portugal2020.pt/Balcao2020), de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 outubro, na sua atual redação, e nos termos e condições fixadas no presente AAC.

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

Na submissão da candidatura a entidade beneficiária deverá selecionar o formulário correspondente ao AAC a que pretende concorrer. O formulário de candidatura deverá ser preenchido de acordo com o “Manual de Submissão de Candidaturas” do Balcão 2020;

b) Os documentos exigidos devem ser submetidos como anexo ao formulário de candidatura, não sendo como tal aceite a sua apresentação por qualquer outra via. Os documentos assinalados como “obrigatórios” são condição *sine qua non* de elegibilidade/admissibilidade, não podendo ser supridos posteriormente por via da apresentação de elementos adicionais;

c) Em conformidade com o artigo 7.º da Portaria nº 60-A/2015, de 2 de março, e n.º 2 do artigo 31.º da Portaria nº 60-C/2015, de 2 de março, ambas na sua atual redação, as candidaturas são apresentadas a título individual ou em parceria. As candidaturas desenvolvidas em parceria consistem no envolvimento concertado de diversas entidades na concretização de um projeto, as quais se assumem como parceiras na prossecução desse objetivo comum, tendo em vista a consolidação de sinergias no desenvolvimento das respetivas ações que integram a operação cofinanciada. As candidaturas apresentadas em parceria devem estar suportadas num instrumento de formalização da parceria. Para o efeito o PO disponibiliza um modelo de Acordo entre Parceiros, que deverá ser preenchido e assinado pelas partes e anexado em upload à candidatura.

d) Ao abrigo deste AAC, o prazo para a apresentação de candidaturas decorre entre o dia útil seguinte à data de publicação do presente Aviso e as 17:59:59 horas do dia **30/06/2017**.

14. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas

O processo de decisão das candidaturas integra três fases:

- i) Análise de admissibilidade através da verificação das condições de elegibilidade dos beneficiários, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e dos critérios de elegibilidade definidos para a operação, determinados pela autoridade de gestão, em conformidade com o estipulado no presente AAC;
- ii) Avaliação do mérito da operação, com base na metodologia e nos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Alentejo 2020 e consubstanciados na respetiva grelha de análise, constantes dos anexos II e III respetivamente. No caso dos (sub)critérios com ausência de histórico, a pontuação desse critério será distribuída pelos restantes;

iii) Decisão sobre o financiamento das operações em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras.

Como instrumento para potenciar essa complementaridade, serão privilegiados em sede de seleção as operações que estejam suportadas em protocolos (ou outro instrumento) com agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas, visando assegurar o seu adequado envolvimento nos mesmos, podendo as escolas ser parceiras no âmbito do projeto, mas só para ações que não estejam contempladas nos planos estratégicos de promoção do sucesso educativo e que serão apoiadas pelo POCH ou, no caso de estarem inseridas em TEIP, para ações não contempladas nesse âmbito e que são também apoiadas pelo PO Alentejo.

A apreciação e decisão das candidaturas compete à Autoridade de Gestão do PO Alentejo 2020 que, para o efeito, poderá promover a articulação com as entidades cuja intervenção se revele necessária e/ou conveniente para a obtenção de apoio e/ou à emissão de pareceres técnicos especializados.

Nos termos dos artigos 36.º e 37.º do Decreto-Lei nº137/2014, de 12 setembro, relativo ao modelo de governação dos FEEI, a análise e emissão de parecer sobre as candidaturas é da responsabilidade dos seguintes Organismos Intermédios: Comunidades Intermunicipais, com quem a Autoridade de Gestão já celebrou contrato de delegação de competências.

Cabe à Autoridade de Gestão do PO Alentejo 2020, sob proposta dos Organismos Intermédios, a tomada de decisão sobre a candidatura de acordo com o seguinte plano para apresentação de candidaturas, respetiva análise e comunicação da decisão aos beneficiários:

Fases de apresentação de candidaturas	Data Limite para a Comunicação da Decisão (*)
Fase 1: 15.dez. e 31. jan.	04. abr. 2017
Fase 2: 01. fev. e 30. abr.	30. jun. 2017
Fase 3: 01. mai. e 14. jul.	10. out. 2017

(*) Esta data não contempla a eventual suspensão de prazo para a apresentação de esclarecimentos, informações ou documentos solicitados e/ou resposta no âmbito do processo de audiência prévia de interessados.

Sempre que se trate de projetos candidatados pelas Comunidades Intermunicipais da NUTS II Região Alentejo, a análise das candidaturas no âmbito deste Aviso de Concurso será assegurada integralmente pela AG.

O prazo de decisão, de **60** dias úteis, suspende-se quando sejam solicitados ao candidato quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez. A não apresentação pelo candidato, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, significará a desistência da candidatura.

Os candidatos são ouvidos no procedimento de audiência prévia, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

As propostas de decisão das candidaturas, relativamente às quais tenham sido apresentadas alegações em contrário, são reapreciadas sendo proferida a respetiva decisão final no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da apresentação da alegação (a referida reapreciação inclui análise, decisão e nova audiência prévia, se aplicável).

Os projetos não apoiados que, em resultado deste processo de reapreciação venham a obter um MO que teria permitido a sua inclusão no conjunto dos projetos selecionados, serão considerados selecionados e apoiados no âmbito do presente concurso.

A decisão é notificada pela AG/OI ao beneficiário no prazo de 5 dias úteis, a contar da data da sua emissão.

15. Critérios de seleção de candidaturas

A metodologia de cálculo para seleção e hierarquização das candidaturas é baseada no indicador de Mérito da Operação (MO), determinado pela seguinte fórmula e para cada tipologia de operações previstas no nº. 2 do presente AAC:

$$\text{MO} = 0,20 \text{ A1} + 0,20 \text{ A2} + 0,20 \text{ B} + 0,15 \text{ C} + 0,20 \text{ D} + 0,05 \text{ E}$$

em que:

A = Eficácia e impacto em resultados;

B = Eficiência, qualidade e inovação;

C = Complementaridade e sinergias;

D = Abrangência, transversalidade e enquadramento estratégico;

E = Igualdade de oportunidades e de género.

Conjuntamente com o presente AAC é disponibilizado o Referencial de Análise do Mérito da Operação (Anexo II).

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 5, sendo o resultado do MO arredondado à centésima.

A análise será determinada pela ponderação de cada critério numa escala de avaliação de 1 a 5, em que 5 representa uma valoração muito elevada, 4 uma valoração elevada, 3 uma valoração média, 2 uma valoração reduzida e 1 uma valoração muito reduzida.

Para efeitos de seleção, consideram-se elegíveis e objeto de hierarquização as operações que obtenham uma pontuação final de MO igual ou superior a 3,00.

Para efeitos de desempate entre candidaturas será considerada ainda a maior representatividade de mulheres nos órgãos de direção ou de gestão e em funções de chefia na entidade candidata, bem como a maior igualdade salarial entre mulheres e homens que desempenham as mesmas ou idênticas funções na mesma entidade, sempre que, por limitações de dotação financeira disponível, não seja possível aprovar a totalidade das operações que reúnam a pontuação mínima considerada necessária no âmbito do concurso.

No âmbito do processo de avaliação de mérito das candidaturas, é emitido um parecer da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar, a quem cabe implementar e assegurar o acompanhamento, monitorização e avaliação do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 24 de março, analisando o contributo potencial dos Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar de âmbito local ou intermunicipal para o PNPSE, em particular a complementaridade com os planos de ação estratégica de promoção do sucesso escolar apresentados pelas escolas e aprovados por essa Estrutura de Missão, sempre que aplicável, e contribuindo para o critério B da fórmula identificada.

16. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão da concessão do apoio é feita mediante a assinatura do termo de aceitação a qual é submetida eletronicamente e autenticada nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da sua notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao candidato e aceite pela AG.

17. Regime de financiamento

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura pelo beneficiário confere-lhe o direito a receber o financiamento para a realização das respetivas operações, nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Nos termos referidos no n.º 5 do artigo 7.º da Portaria nº 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, nos casos de operações em parceria, compete à entidade coordenadora assegurar a transferência dos montantes atribuídos pela autoridade de gestão, no âmbito da parceria e proceder às reposições por inteiro a que haja lugar, sem prejuízo da responsabilidade solidária a que todas as entidades parceiras estão obrigadas.

O beneficiário tem direito, para cada candidatura aprovada, a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado para o ano letivo, o qual é processado quando se cumpram, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Aceitação da decisão de aprovação, devidamente formalizada nos termos legais;
- b) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- c) Verificação da situação regularizada em matérias de restituição no âmbito dos financiamentos dos FEEI - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento;
- d) Comunicação do início da operação.

Os pedidos de reembolso são efetuados com uma periodicidade mínima bimestral, devendo o beneficiário submeter eletronicamente, no sistema de informação, os dados físicos e financeiros requeridos.

Os pedidos de alteração à decisão de aprovação são igualmente formalizados na plataforma eletrónica do sistema de informação.

Se o beneficiário não for notificado da decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de reprogramação considera-se tacitamente deferido, excetuando-se as situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto nos n.ºs. 7 e 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A não execução integral do financiamento aprovado para cada ano civil, pode dar lugar à revisão da decisão de aprovação, conforme previsto na alínea e) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Tratando-se de candidaturas plurianuais, o beneficiário fica obrigado a submeter eletronicamente, até 15 de fevereiro de cada ano, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A decisão sobre os pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

O beneficiário tem direito ao reembolso das despesas, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso não exceda os 85% do montante total aprovado.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, na plataforma eletrónica do sistema de informação, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da candidatura, referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e o pedido de pagamento de saldo.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a elegibilidade e conformidade das despesas apresentadas pelo beneficiário, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como dos resultados contratualizados.

A decisão do pedido de pagamento de saldo é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

Nas operações de reduzida dimensão, a entidade beneficiária tem direito a um único adiantamento, no valor de 15% do montante total do financiamento público. Assim, no desenvolvimento desta modalidade, não há lugar à apresentação dos pedidos de reembolso durante a execução da operação, dado que os pagamentos apenas podem ser efetuados em função da verificação do cumprimento integral dos resultados contratualizados, após a conclusão física da operação. O pedido de pagamento de saldo final deve ser

apresentado em formulário próprio, na plataforma eletrónica do sistema de informação, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de conclusão da candidatura.

O pagamento da subvenção poderá ser ajustada, em sede de análise ou reanálise do saldo final, em função do nível de cumprimento dos resultados contratualizados em candidatura, nos termos descritivos no ponto seguinte do AAC.

18. Redução ou revogação

O incumprimento das obrigações do beneficiário, bem como a inexistência ou a perda de quaisquer dos requisitos de concessão do apoio, podem determinar a redução ou revogação do mesmo, nos termos do artigo 43.º do RE CH.

19. Identificação e contratualização dos indicadores de resultados e realização a alcançar

19.1 - Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, o grau de cumprimento dos resultados acordados no âmbito de uma candidatura releva como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder, na operação em causa, bem como fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes dos mesmos beneficiários, independentemente dos fundos e das tipologias das operações.

Nos termos do artigo 26.º do Regulamento Específico do Capital Humano (RECH), publicado pela Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, na sua atual redação, conjugado com o artigo 18.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, devem ser contratualizados com os beneficiários, em sede de decisão de aprovação da candidatura, os resultados a atingir no âmbito da operação apoiada.

Assim, o beneficiário tem de apresentar na sua candidatura os resultados a contratualizar com a autoridade de gestão, que servem de ponderadores na aferição da relevância da operação.

19.2 - A realização e os resultados mínimos a contratualizar, com referência aos indicadores e às metas definidos para o PO, são os descritos no quadro seguinte:

TIPO DE INDICADOR	Indicadores	Unidade de Medida	Meta Global no final do tempo a que reporta a candidatura
REALIZAÇÃO	Medidas de cada operação implementadas	%	>=80%
RESULTADO	Redução da taxa de alunos do 1º, 2º e 3º ciclos e secundário com níveis negativos (a pelo menos uma disciplina) dos anos curriculares abrangidos ⁽¹⁾	%	>=10% ⁽²⁾
	Diminuição da taxa de retenção e desistência nos anos curriculares abrangido ⁽¹⁾	%	>=25% ⁽²⁾

(1) Os resultados dos alunos de partida serão disponibilizados pelo Ministério da Educação. O cálculo será efetuado tendo em conta a média dos resultados obtidos por cada agrupamento/Município/CIM no conjunto dos anos letivos de 2014/2015 e 2015/2016.

(2) Os resultados dos alunos a ter em conta serão disponibilizados pelo Ministério da Educação. O cálculo será efetuado tendo em conta a média dos resultados obtidos por cada agrupamento/Município/CIM no conjunto dos anos letivos de 2016/2017 e 2017/2018

19.3 - O grau de concretização dos indicadores contratualizados será tido em consideração quer para efeitos de apuramento do valor a pagar em sede de Saldo Final e de encerramento da operação, quer para a eventual constituição de uma reserva de eficiência e desempenho, quer ainda para o processo de avaliação de candidaturas subsequentes do mesmo beneficiário, de que se destaca:

- i) Nas situações em que se verifique a superação dos resultados contratualizados, é constituída uma reserva de eficiência e desempenho equivalente a um ponto percentual (p.p.) do valor total elegível da operação por cada ponto percentual de superação, até ao limite de 10%, para compensar eventuais desvios negativos em futuras operações ou para reforço de financiamento, dentro da dotação disponível e nos termos a definir por deliberação da CIC Portugal 2020;
- ii) Por cada ponto percentual de desvio negativo face aos indicadores de realização e de resultado contratualizados, procede-se a uma redução de meio ponto percentual sobre a despesa total elegível, até ao limite máximo de redução de 10% face a essa despesa;
- iii) A penalização prevista no ponto anterior não será aplicável quando as realizações e os resultados alcançados atinjam 85% do que for contratualizado, ou 75% quando se trate de operações que decorram em territórios de baixa densidade;

iv) Se o nível de execução for inferior a 25% da média dos resultados contratualizados, ou 30% em territórios de baixa densidade, face à média dos indicadores contratualizados, a operação é revogada, salvo pedido de revisão pelo beneficiário, aceite pela autoridade de gestão, com adequada fundamentação, nos termos do n.º 9, do artigo 18.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

19.4 - A operação é revogada, salvo pedido de revisão pelo beneficiário, aceite pela autoridade de gestão, com adequada fundamentação e quando sejam invocadas circunstâncias supervenientes, imprevisíveis à data de decisão de aprovação, incontornáveis e não imputáveis ao beneficiário, desde que a operação continue a garantir as condições de seleção do respetivo concurso, nas seguintes situações:

- i) se o plano não for implementado nos termos contratualizados;
- ii) se o nível de concretização do indicador de resultado contratualizado for inferior a 30%, ou 25% em territórios de baixa densidade, só podendo ser revogada em sede de encerramento da operação.

Estas disposições não são aplicáveis a operações de reduzida dimensão.

20. Documentação adicional

A candidatura deve contemplar os seguintes documentos adicionais, a anexar ao formulário de candidatura, concretamente no ecrã “documentos”:

- a) Na linha designada “Documentos necessários para a verificação do cumprimento das condições específicas de admissibilidade e aceitabilidade da operação”, anexar, quando aplicável, o Instrumento de formalização da parceria (Acordo entre Parceiros);
- b) Na linha designada “Documentos de natureza económico-financeira” anexar, quando aplicável, lista dos contratos afetos à operação, com discriminação das datas de realização, natureza dos bens/serviços e montantes contratualizados, atendendo ao enquadramento da entidade beneficiária enquanto entidade adjudicante, nos termos do artigo 2º do Código dos Contratos Públicos, para efeitos de validação de todos os que se verifiquem acima dos limiares comunitários.
- c) Na linha designada “Outros documento” anexar, quando aplicável, outros documentos que a entidade candidata considere úteis para a candidatura;
- d) Na linha designada “documentos necessários para o apuramento do mérito da operação”, deverá a entidade fornecer, em upload, os elementos necessários para fundamentar a resposta aos critérios de seleção, bem como protocolo(s) com escolas ou agrupamento(s) de escolas, tendo em vista assegurar o seu envolvimento na implementação dos planos em causa, sempre que existam.

A documentação adicional requerida deverá seguir, sempre que aplicável, os modelos disponíveis para o efeito nas Orientações/Ajuda à submissão de candidaturas.

21. Documentação de referência

Legislação:

- a) Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 outubro, na sua atual redação;
- b) Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de setembro;
- c) Portaria nº.60-C/2015, de 2 março, na sua atual redação;
- d) Portaria nº.60-A/2015, de 2 março, na sua atual redação;
- e) Regulamento (EU) nº. 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 dezembro.

Outra documentação relevante:

- a) Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT).

22. Divulgação de resultados e pontos de contacto

No portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt), têm acesso:

- a) As outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora e formulário de candidatura;
- b) Aviso de Concurso e documentação anexa;
- c) Acesso ao suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso, através do menu “Contacte-nos”;
- d) A ponto de contacto para obter informações adicionais (www.alentejo.portugal2020.pt);
- e) Manual de normas gráficas.

14 de dezembro 2016

Roberto Pereira Grilo

Presidente da Comissão Diretiva Alentejo 2020
(em regime de substituição)

Anexos ao presente AAC:

Anexo I – Modelo de Acordo de Parceria

Anexo II – Referencial de Análise de Mérito das Operações

Anexo III – Grelha de Análise de Mérito das Operações